

A “HISTÓRIA DA LIBERDADE” DO RIO GRANDE DO SUL NAS PÁGINAS DO JORNAL *A FEDERAÇÃO*: CONSTRUÇÃO DA INVISIBILIDADE NEGRA

Tuane Ludwig Dihl

Mestranda em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos

RESUMO

No discurso do senso comum, o Rio Grande do Sul é visto como um estado sem negros. Isso, pois, é também caracterizado como o local mais europeu do Brasil, dado seu clima mais frio e a presença de um número considerável de descendentes de alemães e italianos. Nosso objetivo aqui é vislumbrar a participação do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) na construção da invisibilidade do negro nesse Estado, na virada do século XIX para o XX, verificando a forma como forjaram em seu órgão de imprensa, o jornal *A Federação*, uma “história da liberdade” para a província sul-rio-grandense.

Palavras-chaves: “História da liberdade”. Invisibilidade negra. Partido Republicano Rio-grandense.

ABSTRACT

On the common sense's speech, Rio Grande do Sul is seen as a state without black people. Likewise it is also pictured as a European land on Brazil, because of its colder weather and the relevant number of German and Italian descendants. The purpose of this paper is to catch a glimpse of the participation of the Rio-Grandense republican party (PRR) on the construction of the black people invisibility on this state, as of the change from XIX century to XX century, verifying how they created their press, the newspaper “A Federação”, a “freedom history” for the southern rio-grandense province.

Keywords: “Freedom History”. Black People Invisibility. Rio-Grandense Republican Party.

No discurso do senso comum, o Rio Grande do Sul é visto como um estado sem negros. Isso se deve a caracterização do local como um reduto europeu no Brasil, dado seu clima mais frio e a presença de um número considerável de descendentes de alemães e italianos. Tais perspectivas, por suas vezes, são parte integrante da construção de um imaginário gaúcho sobre si mesmo que excluiu o negro do seu processo de formação identitária. Para Ruben Oliven, o Rio Grande do Sul é considerado como

ocupando uma posição singular em relação ao país, devido sua posição geográfica, forma de povoamento, economia e inserção na história nacional¹. Essas peculiaridades contribuíam para a construção de uma série de representações em torno dele que acabam adquirindo uma força quase mítica que as projeta até nossos dias e as fazem informar a ação e criar práticas no presente, como é o caso da invisibilidade do negro no Estado². Vários autores já se lançaram a examinar historiograficamente essas questões, tendo por objetivo desconstruí-las e, assim, destacar a participação da população africana na constituição do gaúcho³. Na tentativa de contribuir com esse movimento, o objetivo do artigo é vislumbrar a participação do Partido Republicano Rio-grandense (PRR)⁴ na construção desse apagamento do negro no Rio Grande do Sul. Analisando o

¹ OLIVEN, Rubem George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996. p.17.

² OLIVEN, Rubem George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996. p.18.

³ Em função do problema da invisibilidade étnica-racial que envolve a história sul-rio-grandense, dar visibilidade à população afro-brasileira na formação histórica rio-grandense é o fio-condutor de praticamente todas as pesquisas que tratam dos temas da escravidão e liberdade em solo sulino. Alguns trabalhos que integram essa historiografia podem ser encontrados em: BORBA, Gislaíne. **“É causa dos oprimidos a que abraçamos”**: considerações sobre escravidão e liberdade nas páginas do jornal A Reforma (Porto Alegre/ 1870-1888). Dissertação (Mestrado em História) Porto Alegre, UFRGS, 2014. MAGALHÃES, Magna. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul**: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/ RS). Tese (Doutorado em História), São Leopoldo, UNISINOS, 2010. MOREIRA, Paulo Staudt. **Os cativos e os Homens de Bem**: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre: EST Edições, 200. MÜLLER, L. S. **As Contas do Meu Rosário são Balas de Artilharia**. Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, PUCRS, 1999. ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918). Tese (Doutorado em História), Campinas, UNICAMP, 2014. WEIMER, Rodrigo. **Os nomes da liberdade**: práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas últimas décadas do século XIX. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo, UNISINOS, 2007. ZUBARAN, Maria Angélica. “Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diáspóricas”. In **Anos 90**, Porto Alegre, v.15, n.27, jul.2008, p. 161-187.

⁴ Desde sua formação em 1882, essa facção apresentou-se de forma distinta, tanto no nível estadual como em relação a seus colegas de outras províncias. Célia Regina Pinto sugere três características que teriam sido demarcadoras das peculiaridades que envolvem o PRR e que por consequência se refletem em seu veículo de imprensa. Em primeiro lugar, leva-se em conta o fato de o movimento republicano ter se desenvolvido tardiamente em solo sulino, somente na década de 80, enquanto nas outras regiões já marcava presença há pelo menos uma década⁴. Em segundo lugar, seus fundadores eram distintos das elites políticas da época, pois em geral, eram jovens, graduados e sem experiência política⁴. Tão embora inegavelmente pertencessem a uma elite econômica, não se enquadravam naquela oligarquia ligada à pecuária extensiva e à produção de charque. Em terceiro lugar, o dito partido não nasceu de uma dissidência com o Partido Liberal, conforme ocorreu com as demais entidades republicanas brasileiras, obviamente seu projeto político não era liberal; aliás, era antiliberal, declaravam-se adeptos das ideias positivistas de Augusto Comte. (PINTO, Céli Regina. **Positivismo**: um projeto político alternativo, (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986)

órgão de propaganda desse partido, o jornal *A Federação*⁵, nos anos de transição do século XIX para o XX, será possível analisar a forma como essa agremiação forjou para a província sul-rio-grandense uma “história da liberdade”.

Durante todo o mês de agosto e parte do de setembro do ano de 1884, a folha republicana *A Federação* publicava os últimos desdobramentos da campanha abolicionista gaúcha, anunciando a libertação dos escravos em Porto Alegre que se dera em 7 de setembro daquele ano. Nestes dias, foram divulgados acalorados louros a este feito bem como abundaram os elogios à “cultura capital” e a própria província que serviam de exemplo ao resto do país. Os periodistas anunciavam empolgados:

Um movimento tão espontâneo e tão uniforme impõe-se pela majestade à admiração unânime do Brasil, que inevitavelmente há de sofrer o seu vigoroso impulso.

Perante ele, pode-se afirmar resolutamente, com mais inabalável certeza, que não no Rio Grande a conclusão solene da grande obra, em que estão empenhados o *nosso tradicional amor à liberdade, os nossos brios de povo livre e civilizado, o nosso indomável patriotismo*⁶.

Nessa e em tantas outras publicações do referido jornal fica expressa a caracterização dos sul-rio-grandenses como um povo livre que estivera sempre se “batido vigorosamente pela liberdade contra todas as tiranias, sem vacilar jamais diante dos mais custosos sacrifícios⁷”, cuja história era, portanto, a “história da liberdade⁸”. Qualidades assim justificavam a realização de grandes feitos, como foi, aos olhos do PRR, a do decreto da emancipação dos cativos em Porto Alegre. Além do mais, revestiam o Rio Grande do Sul e sua população de uma excepcionalidade, a qual vigorou até recentemente nos meios intelectuais e que ainda hoje se manifesta no senso comum como já evidenciamos inicialmente⁹.

⁵ Jornal fundado em Porto Alegre no ano de 1884 para ser o órgão de propaganda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), circulando de segunda a sábado. Esse periódico foi significativo para a articulação do movimento republicano gaúcho, pois assumiu desde o princípio o cunho de oposição às instituições monárquicas e de propaganda por uma nova ordem social. (ver: RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1995). Foi também um jornal que desempenhou importante papel no processo abolicionista, estando esses republicanos embebidos da doutrina positivista de Augusto Comte que criticava amplamente a escravidão. Esse princípio ideológico dos republicanos gaúchos marca as páginas do jornal *A Federação* significativamente, constituindo-se num recurso primordial para a doutrinação da opinião pública e a própria consolidação do partido como grupo hegemônico. (ver: PINTO, Céli Regina J. **Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre: L&PM, 1986).

⁶ *A Federação*. Porto Alegre, 09 de setembro de 1884, p.1. (Itálicos meus)

⁷ *A Federação*. Porto Alegre, 01 de agosto de 1884, p.1.

⁸ *A Federação*. Porto Alegre, 08 de agosto de 1884, p.1.

⁹ OLIVEN, Rubem George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996. p.17 a 31.

Maria Angélica Zubaran, ao analisar o discurso abolicionista gaúcho afirma que uma das marcas do mesmo foi a construção da noção da emancipação pioneira, apesar das Províncias do Ceará e do Amazonas terem abolido a escravidão antes do Rio Grande do Sul. Para construir tal versão as elites, inclusive nossos republicanos, recorreram às tradições históricas libertárias, que remontavam à Revolução Farroupilha (1835-1845), a maior guerra civil do império¹⁰. Levando isso em consideração, devemos salientar que a liberdade de que nos falam os periodistas republicanos comporta um significado duplo: um de ordem social; outro de ordem política. Esse último faz uma referência quase que direta à Revolução Farroupilha¹¹, quando acionado n' *A Federação* serve para demarcar a luta dos gaúchos contra a “opressiva” monarquia. O primeiro sentido é o que nos interessa propriamente, pois sua utilização relaciona-se à intenção do PRR em reduzir a presença e a importância do braço escravo na província.

O Rio Grande não precisa fazer escravos para viver e progredir.

A sua indústria agrícola desenvolve-se rapidamente, servindo-se do trabalho livre; não é do braço escravo que lhe serve de instrumento.

A sua indústria pastoril também independe do escravo para receber o mais amplo desenvolvimento e para poder competir com os progressos, operado n' este sentido nas republicas platinas, quando a província quebrar o jogo aviltante da centralização imperial.

A economia do Rio Grande, portanto, nada sofrerá no dia em que desaparecer do seu solo o último escravo¹².

No âmbito econômico, como bem salienta o trecho extraído do dito periódico, o Rio Grande do Sul independia do braço escravo. Markaret Bakos argumenta nesse sentido, para ela esse tipo de mão de obra, embora tivesse sido importante outrora, de fato não era mais uma necessidade econômica na década de 1880. Por isso, o movimento abolicionista gaúcho teria sido marcado por uma disputa política entre os partidos Republicano, Liberal e Conservador travada principalmente na imprensa¹³. O problema é que nossos republicanos transformaram aquele *agora* em *sempre*, ou seja, quero dizer que a não mais utilidade do escravo nas atividades econômicas em fins do

LEITE, Ilka Boaventura (org.) **Negros no Sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996, p.131 a 144. OLIVEN, Rubem George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

¹⁰ZUBARAN, Maria Angélica. “A invenção branca da liberdade negra” In **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 6, Ano VI, nº 3, Julho/ Agosto/ Setembro de 2009, p. 1-16.

¹¹ Uma boa análise sobre como os republicanos rio-grandenses utilizaram-se da Revolução Farroupilha a favor de sua propaganda política pode ser encontrada em: GRIJÓ, Luiz Alberto. “A elite do Partido Republicano se apropria da “Revolução”” In **História Unisinos**. v.14, nº1. Janeiro/Abril 2010. p. 29 a 37.

¹² *A Federação*. Porto Alegre, 01 de agosto de 1884, p.1.

¹³ BAKOS, Magaret Marchiori. **RS: escravismo & abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

século XIX, foi estendida por eles a todo o passado da província, na medida em que volta e meia elucidavam suas tradições históricas pautadas na liberdade.

A minimização do uso do escravo como força de trabalho foi uma ideia que ultrapassou as páginas d' *A Federação* e os próprios limites do século XIX, estendendo-se à historiografia produzida até bem pouco tempo sobre essa temática. Apesar de reconhecerem a existência generalizada do escravo no Estado, os estudos mais tradicionais insistiram durante bastante tempo em sua pouca importância no processo de trabalho¹⁴, sendo a produção do charque o único setor onde teria sido realmente preponderante. Foi nos últimos anos que novos olhares e perspectivas passaram a ser lançados sobre a escravidão no Rio Grande do Sul, conferindo-lhe maior importância. Regina Célia Xavier analisou essa recente produção, concluindo que a inserção de cativos se deu em praticamente todas as atividades econômicas sul-rio-grandenses, desde o mundo rural até o urbano¹⁵. Presença essa que permitiu a formação de diferentes elites e fortunas ligadas a ela vide os casos dos charqueadores e dos traficantes¹⁶.

Além de menosprezar a importância dos escravos, outro ponto que circunda o forjamento da “história da liberdade” do Rio Grande do Sul nas páginas d' *A Federação* é a concepção de uma escravidão mais branda ou amena. De acordo com os redatores da folha republicana em questão, “salvo um ou outro caso raríssimo de brutal severidade, as relações do senhor e do escravizado, apoiam-se mais nos sentimentos afetuosos do que na noção grosseira do direito consagrado por lei¹⁷.” Defendia-se, portanto, que em solo sul-rio-grandense senhores e escravos constituíam entre si, verdadeiros vínculos afetivos. Frisava-se mais uma vez a excepcionalidade gaúcha perante o Brasil: a escravidão e sua face mais nefasta e cruel não teria se desenvolvido plenamente no

¹⁴ OLIVEN, George Ruben. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996. p.26.

GUTFREIND, Ieda. “O Negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico” In **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v.XVI, nº 1 e 2, 1990. p.178 a 187.

¹⁵ XAVIER, Regina Célia. A escravidão no Brasil Meridional. In: SILVA, Gilberto Ferreira, SANTOS, José Antônio dos, CARNEIRO, Luiz Carlos Cunha (orgs.). **RS Negro: Cartografia sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. p. 15 a 31.

¹⁶ Para maiores informações sobre esses grupos que lançaram mão do escravismo para constituírem suas fortunas, ver: VARGAS, Jonas. **Pelas margens do Atlântico: um estudo das elites locais e regionais das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Programa de Pós-graduação em História Social, 2013 (Tese de Doutorado). BERUTTI, Gabriel. **Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul (1790-1825)**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006 (Dissertação de Mestrado).

¹⁷ *A Federação*. 18 de setembro de 1887, p.1.

Estado. Contudo, uma leitura atenta das edições desse jornal nos permite vislumbrar uma contradição, pois não é difícil encontrarmos nelas denúncias a respeito de violências praticadas contra os escravos, como, por exemplo, fugas, aplicação de castigos, prisões, etc.

Esse tópico que atribui uma familiaridade às relações entre patrões e servidores no sul, segundo Ruben Oliven, faz parte da perspectiva elaborada no século XX chamada de “democracia sulina”. A qual se entrelaçou a outra, a da “democracia racial”, que semelhante a nossos republicanos, subestima a presença negra na formação da identidade gaúcha. Para esse autor, Fernando Henrique Cardoso é o mais elaborado teórico dessas concepções¹⁸. De qualquer forma, o caráter heterogêneo da população sul-rio-grandense em plena década de 1880 era inegável, segundo Marcus Vinicius, negros, indígenas e demais categorias, jamais foram “insignificantes” - como tentaram fazer crer os jovens políticos do PRR¹⁹.

Um debate específico, veiculado no referido periódico entre dezembro de 1884 e janeiro de 1885, serve como ilustrativo para o quadro traçado até agora. Trata-se de uma discussão a respeito da construção de um monumento em homenagem à libertação dos escravos em Porto Alegre, sugerida pelo Centro Abolicionista. Como vimos o acontecimento em si foi bastante louvado pelos republicanos; já a proposta da ereção de um símbolo que recordasse o mesmo, não.

[...] cumpro ponderar que semelhante estatua será um atestado perene de que um grande crime aqui se cometeu impunemente, reduzindo-se o homem, livre por natureza e por destino, à mais nefasta das escravidões.

Para perpetuar na memória dos vindouros que este povo, depois de dezenas e dezenas de anos, soube, enfim, reparar o grande crime cometido, libertando os desgraçados que, por uma violência sem nome, foram escravizados?

Semelhante fato não é preciso perpetuar, porque a reparação de um crime não se perpetua a reparação que o relembra imediatamente²⁰.

É fácil compreender a refuta d’ *A Federação*, visto se tratar de um constructo que atestaria a existência da escravidão ali. Algo assim não correspondia à “história da liberdade” da província, tão divulgada no impresso. Além disso, devemos ponderar que nessa época escravo é sinônimo de negro, logo, atenuar a presença e a importância dos cativos, implicava invisibilizar o próprio negro na formação identitária do Estado.

¹⁸ Refere-se ao trabalho: CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹⁹ ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)** Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2014, p. 58.

²⁰ *A Federação*. Porto Alegre, 07 de janeiro de 1885, p.1.

Essa montagem da invisibilidade negra acentuou-se a partir do marco da Lei Áurea, quando o lugar dos libertos na nova nação e as discussões sobre o branqueamento da nação passam a ocupar a pauta do dia nos meios letrados brasileiros²¹. Nos dias que circundaram o 13 de Maio de 1888, foram abundantes as contendas sobre a transformação do trabalho:

O Estado tem até hoje descurado de fazer o trabalhador nacional agricultor, muitos se conservam na precária condição de agregados porque não têm terras próprias e porque as terras que o governo vende a preço reduzido e com certas vantagens ao imigrante, não lhe são oferecidas, ou eles o ignoram. A nossa incipiente agricultura, que vai buscar trabalhadores ao estrangeiro com sacrifícios, com grandes despesas, porque não hã de experimentar o trabalhador brasileiro?

Na província de S. Paulo, onde o mesmo preconceito existia a respeito do proletário do interior, do caipira, acabados os escravos, o preconceito acabou e o caipira, porque não faremos nós a experiência?

Fundem-se colônias; ofereçam-se os lotes aos libertos e aos agregados, deixam que eles trabalhem sem coação; os braços vadios estarão ocupados utilmente e a produção aumentará²².

Aparentemente, essa publicação poderia nos soar como uma crítica à política imigrantista encabeçada pelo Estado em prol da valorização do trabalhador nacional. Devemos levar em conta que o partido estava comprometido com a legitimidade ideológica da dominação senhorial, por isso, a criação de colônias – como sugere o trecho acima – significava manter os libertos vinculados aos antigos senhores²³. Além disso, em meio ao anúncio da instauração da República, entretanto, era válido a esses republicanos preocuparem-se em lapidar um tipo de gaúcho apropriado aos anseios dessa nova ordem. Em outras palavras, tratava-se de garantir que os libertos não se tornassem num elemento perturbador, e a forma de se evitar isso era mantê-los ocupados; trabalhando. De acordo com o trecho referenciado, percebemos que várias possibilidades quanto ao destino dessa população estavam sendo cogitadas. No entanto, não se pode ignorar a existência de duas imagens contrapostas que habitavam o imaginário da elite quanto às duas possibilidades mais debatidas: “de um lado o imigrante, significante de riqueza, trabalho livre, de vida; de outro, o liberto, aquele que

²¹ SCHWARZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p.287.

²² *A Federação*. Porto Alegre, 13 de maio de 1888, p.1.

²³ ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)** Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2014, p.67-68.

não tem nenhuma renda e que pode significar vagabundagem e, portanto, necessidade de trabalho²⁴”.

Imbuídos desse imaginário que lançava mão do pensamento racial e da ideologia do branqueamento como base para refletir os novos rumos do país e especificamente da província; intelectuais e administradores públicos não hesitaram em construir a imagem de um lugar branco, superior, com feições europeias, potencialmente preparadas para desenvolver-se de acordo com sua vocação democrática e igualitária²⁵. Como viemos argumentando, o PRR já vinha desenhando em seu órgão de imprensa um Rio Grande do Sul distinto e praticamente isento da marca da escravidão. Com as reflexões sobre raça em voga e a inevitável apropriação das mesmas por esses políticos e por outros bacharéis contemporâneos a eles, vai haver uma reabilitação dessa representação que invisibilizará ainda mais os negros em detrimento da vinda de grandes contingentes de imigrantes europeus²⁶.

Apesar de defenderem a submissão dos libertos a uma disciplina de trabalho, de modo que contribuíssem para a economia nacional. Os redatores d' *A Federação* eram também ferrenhos defensores da implementação do braço europeu, alegavam que um “país rico e vastíssimo” como o Brasil, necessitava de uma corrente imigratória que fosse capaz de explorar “seu solo fecundo” e desenvolver suas indústrias²⁷. Deste ponto de vista, fica claro que o que faltava para o país avançar rumo ao progresso era justamente a falta de uma raça que tivesse capacidade para tanto, no caso os brancos provenientes da Europa. Lembremos que nesse contexto cuja concepção sobre raça ganha conotação científica, os africanos são tidos como um povo inferior e pouco inclinado ao trabalho.

Nesse terreno, o dito periódico também vai ocupar-se em demarcar o Rio Grande do Sul como o lugar mais apropriado para a vinda dos colonos, demonstrando que se tratava de um projeto que arregimentava a agremiação republicana como um todo. Marcus Vinicius analisou os livros *História da República Rio-grandense* e a

²⁴ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 222.

²⁵ XAVIER, Regina Célia. Ser escravo no Rio Grande do Sul – Construção de identidades e cidadania. **Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/imagens/Textos.6/reginaxavier.pdf>. Acessado em: 04/01/2016.

²⁶ ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)** Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2014, p.32.

²⁷ *A Federação*. Porto Alegre, 22 de setembro de 1884, p.1.

História Popular do Rio Grande do Sul, escritos respectivamente pelos bacharéis republicanos Joaquim Francisco de Assis Brasil e Alcides de Mendonça Lima, ambos em 1882. Desses escritos emergiu a imagem de uma província cujo clima era frio, a população era branca e praticamente isenta do sangue africano e indígena, e a república era a causa pela qual lutavam desde sempre. Ou seja, um verdadeiro contraponto ao Brasil de clima tropical, miscigenado e monárquico²⁸. A publicação do dia 15 de novembro de 1884 vai ao encontro desses apontamentos:

Nós (o Rio Grande do Sul) temos o exemplo de quanto nos tem sido útil a imigração européa, trazendo para a fortuna da nova pátria o poderoso contingente de seu *sangue forte e de um grande amor ao trabalho*.

Do primeiro precisamos para *contrabalançar, ou anular mesmo*, em uma época dada, os *elementos inferiores* que entraram em formação do nosso typo, felizmente ainda não definitivo.

Do segundo, uma consequência feliz do primeiro, não precisamos menos, para elevar a nossa terra á altura que o seu solo generoso e o seu *clima benigno* lhe garantem²⁹.

Depreendem-se dessa leitura as questões da superioridade racial atribuída à população advinda da Europa; da presença de “raças inferiores” no sangue gaúcho – negros e índios – que tenderiam a desaparecer com o processo de mestiçagem e branqueamento; e das condições geográficas que o Rio Grande do Sul oferecia aos colonos. Outros jornais contemporâneos ao *A Federação*, porém dirigidos por negros, questionavam tais questões. O caso de *O Exemplo* é um bom ilustrativo, conforme Regina Célia Xavier clamava-se de suas páginas uma unidade entre os “pretos”, formada a partir do registro da cor e da luta contra a discriminação e o preconceito³⁰. Portanto, naquele contexto mesmo, o projeto de construção de um Rio Grande do Sul branco, superior e com feições europeias já era questionado pelos próprios sujeitos que se pretendia apagar da história sul-rio-grandense.

O que na década de 1880 figurava apenas como projetos e aspirações para o futuro, no início do século XX já apareciam estampados no *A Federação* como verdadeiras conquistas:

²⁸ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918) Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2014, p. 34 e 35.

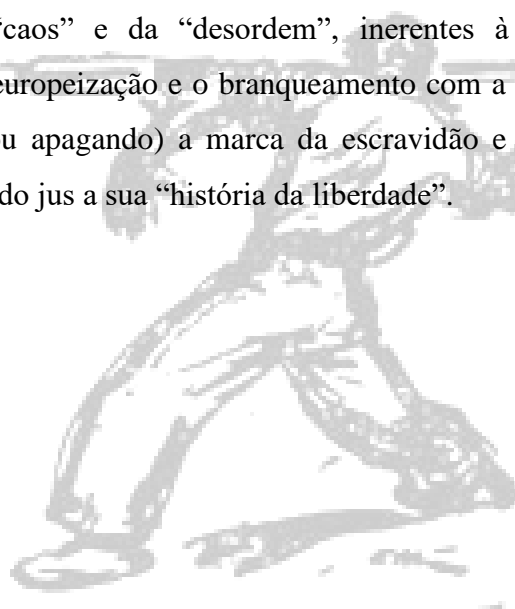
²⁹ *A Federação*. Porto Alegre, 15 de novembro de 1884, p.1. (Itálicos meus).

³⁰ XAVIER, Regina Célia. *Ser Escravo no Rio Grande do Sul – Construção de identidades e cidadania. Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/reginaxavier.pdf>. Acessado em: 04/01/2016.

De todos os Estados brasileiros, aquele em que menos vestígios deixou a instituição escrava foi, sem dúvida alguma, o Rio Grande do Sul.

[...] Enquanto outros povos, em terras brasileiras, com única e exclusiva preocupação dos lucros e vantagens de uma lavoura fácil e remuneradora, procuravam somente o salário barato, em uma só nacionalidade, qualquer que fosse a condição, os hábitos, as origens do trabalhador, variava sua nacionalidade, e fundava colônias africanas, italianas que são hoje magníficos centros de produção e de riqueza profundamente enraizados no solo rio-grandense³¹.

Evidencia o periodista republicano redator dessas linhas, que o processo de condução sul-rio-grandense na acomodação do elemento imigrante em seu território diferiu do resto do país, e por isso, estava rendendo àquela altura “grato conforto” à província. Mais que isso, fica evidente a caracterização do Rio Grande do Sul como um reduto europeu, composto pelas julgadas melhores raças – alemães e italianos. Essa imagem cumpria funções simbólicas e políticas importantes: caracterizava uma província isenta do “caos” e da “desordem”, inerentes à população africana; e, incompatibilizavam a europeização e o branqueamento com a escravidão³². Em outras palavras, superando (ou apagando) a marca da escravidão e dos próprios negros, os gaúchos seguiam fazendo jus a sua “história da liberdade”.



³¹ *A Federação*. Porto Alegre, 06 de março de 1901, p.1.

³² ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918) Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2014, p.61.